



REQUERIMENTO: EXCLUSÃO DE TFC - INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Folha 1/2

I – PETIÇÃO

O **contribuinte**, ou, se for o caso, **seu representante legal**, vem, respeitosamente, requerer, com fundamento no art. 255, V, do CTM, o reconhecimento da **NÃO INCIDÊNCIA da Taxa de Fiscalização e Controle (TFC), REFERENTE ÀS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em relação à atividade desempenhada.

II – DADOS DA INSTITUIÇÃO (preenchimento obrigatório).

Inscrição Cadastral Mobiliária:

CEP:

Bairro:

Endereço:

III – DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).

Nome:

CPF/CNPJ:

E-mail:

Identidade:

Telefone:

Data Nasc.: / /

IV – DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).

Nome:

E-mail:

Telefone:

Bairro:

Endereço:

CEP:

V – DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).

Nome:

CPF/CNPJ:

E-mail:

Identidade:

Telefone:

Data Nasc.: / /

São Gonçalo, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Requerente ou Procurador



Processo n.º	
Data:	Fls.

REQUERIMENTO: EXCLUSÃO DE TFC - INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Folha 2/2

VI - DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO

O Requerente deve apresentar:

(original e cópia) **ou**
(cópia autenticada) **ou**
(cópia com validação, cuja autenticidade possa ser conferida eletronicamente)

(Preenchimento
do
Servidor)

**DOCUMENTO
JUNTADO?**

a) Estatuto da entidade, ou ato de constituição, devidamente registrado;	(S) (NA) (N)
b) Ata registrada de reunião do ano;	(S) (NA) (N)
c) Ata registrada da última Assembleia que elegeu a atual diretoria;	(S) (NA) (N)
d) Inscrição Cadastral Mobiliária (Alvará)	(S) (NA) (N)
e) Certificado de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;	(S) (NA) (N)
f) CPF e documento de identidade do requerente;	(S) (NA) (N)
g) Procuração concedida pelo requerente, identidade e CPF do procurador;	(S) (NA) (N)

LEGENDA: (S) SIM (N) NÃO (NA) NÃO APLICÁVEL

Fica o requerente ciente de que a apresentação da totalidade dos documentos listados no campo VI não implica o deferimento do pedido, nem impede que a autoridade competente para decidir solicite a juntada de outros elementos que julgar necessários.

Fica o requerente ciente de que, se o pedido for indeferido por não terem sido apresentados todos os documentos exigidos, ou pelas demais hipóteses previstas na legislação, caso o requerimento tenha sido protocolado após o prazo de pagamento original do tributo, serão aplicados todos os acréscimos moratórios sobre o tributo devido, como se não tivesse sido protocolizado este requerimento, conforme disposto no artigo 132, §2º, c/c 141, ambos do CTM.

Fica o requerente ciente de que, conforme disposto no artigo 255, V, do CTM, o benefício ora pleiteado incide apenas sobre as entidades não remuneradas pelos assistidos.

Fica, ainda, o requerente ciente de que o e-mail informado no campo IV será um dos meios utilizados pela Prefeitura para notificações de deferimento, indeferimento ou eventuais exigências, conforme disposto no artigo 117, II, do CTM.

Por fim, fica o requerente ciente de que a comprovação da manutenção dos requisitos para o reconhecimento da **NÃO INCIDÊNCIA ora solicitada deve ser renovada a cada 5 (cinco) anos**, por analogia ao disposto no art. 4º da Lei n.º 577/14.

São Gonçalo, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Requerente ou Procurador

